



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

A SITUAÇÃO DO NORDESTE E AS REINVIDICAÇÕES DO EXTREMO-SUL

DISCURSO PROFERIDO NO PALÁCIO PIRATINI, A 1º DE ABRIL DE 1968, APÓS RECEBER AS REIVINDICAÇÕES DOS ESTADOS DO EXTREMO-SUL, APRESENTADAS PELOS PRESIDENTES E COMISSÕES DE DEPUTADOS DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL.

Depois de ouvir as exposições dos parlamentares que falaram em nome das Assembleias Legislativas dos Estados do Extremo-Sul, o Presidente Costa e Silva disse que sabia da importância dessa idéia surgida na reunião dos três Legislativos, independentemente de partidos e em defesa, apenas, do povo. Disse que foi nascido e criado no Extremo-Sul, aqui fazendo a maior parte de sua vida militar. Somente depois de general-de-exército, quase no ápice da sua carreira militar, foi conhecer o Nordeste. Como Comandante do IV Exército, percorreu nove Estados a ele subordinados. Viu o Nordeste na época da seca e do chamado inverno. E verificou, então, quanto havia de um Brasil diferente daquele que antes conhecia. E quanto havia de sobrecarga nos ombros do Sul do Brasil. Não apenas do Sul, mas do paralelo de Belo Horizonte para baixo. Nesta parte há um Brasil forte, poderoso economicamente, com áreas férteis e com indústria desenvolvida, como é o caso do Rio Grande, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais. O Presidente viu como era difícil integrar este País. No Nordeste havia a miséria, com um clima tremendamente hostil. A terra seca no verão e o homem só a abandona quando mais não pode viver. Mas quando vem a primeira chuva, ele volta, por amor ao seu torrão. O Inverno representa um milagre para aquela região, onde os campos novamente ficam verdes e o homem começa a produzir. Ali salientou, há uma área de 1/9 do território nacional, onde vivem de 25 a 30 milhões de brasileiros, ou seja 1/3 da nossa população. Diante dessa situação e desses dados, compreendeu porque houve algum gênio político que criou a SUDENE e que criou a SUDAM. Porque do contrário melhor seria separar aquela parte do Brasil.

O Marechal Costa e Silva disse que costuma afirmar que há países que têm colônias, mas dessas colônias tiram proveitos. Nós temos colônias, no Nordeste e no Norte, mas devemos sustentá-las. E a pergunta que se fazem os estadistas brasileiros é esta: abandonar a região ou defendê-la, ajudá-la, incentivá-la, para que não morram, porque lá o problema é de vida ou morte. O Presidente disse que exemplo da seca aqui no Rio Grande, poderia ser mencionado, porque quando há dois meses de seca, há morte.

Esclareceu que se fazia esse preâmbulo, para falar do Nordeste, não era para condenar o que estavam fazendo os deputados, pelo contrário eles haviam definido bem suas posições, que não são contra o Nordeste, mas a favor do Sul. Mas disse o Presidente que precisamos ser a favor do Norte e do Nordeste. Principalmente quando se olha o Brasil da maneira global, vendo-se São Paulo, o Paraná com fertilidade extraordinária, o Rio Grande com todas as possibilidades de ser um grande Estado e onde não se morre de fome, Santa Catarina com vegetação maravilhosa, Minas Gerais com suas riquezas minerais em abundância, o próprio Planalto Central onde o clima é ameno.

Diante disso, era de perguntar se deviam abandonar o Nordeste e a Amazônia e respondeu que não. Também respondeu que não a uma pergunta que fez: sabendo que a solução do problema da Amazônia não é para uma, duas ou três gerações, deveremos abandonar a Amazônia? Chamou atenção para o fato de que a Amazônia tem um território de 5 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, quase 2/3 partes do território nacional. Disse que considerava justa a idéia de procurarem os deputados trazer para o Sul, também, os incentivos, reafirmando que foi genial a idéia da criação da SUDENE e da SUDAM. Isso porque sem elas, perderíamos aquelas regiões, pela revolta do povo, que ia assaltar para comer e a Amazônia, pela cobiça do estrangeiro, que se apoderaria de terras que não teríamos capacidade para manter.

Dentro desse quadro, o Presidente disse que podia discutir o problema. Mas desejava que todos se convencessem, como ele próprio se convenceu, que a integração nacional é imposição, ela deve continuar, para que não percamos mais da metade do Brasil.

Disse que os homens do Sul compreendem isso, porque amam antes de tudo o Brasil, depois suas regiões, seus Estados: «É dentro dessa idéia que estamos firmemente decididos a continuar a manter essa união» e o Presidente disse que isso ocorreria independente de partidos. A política é outra coisa, disse, o fundamental é que haja disposição para continuar a integrar o Brasil. Isso porque o que existe de miséria, de atraso no Nordeste e no Norte é indescritível. O Presidente disse que sempre considerou criminosos os governos que não tomaram providências no sentido de estabelecer o equilíbrio entre as três regiões

do Brasil. Isso devia há muito ter sido feito. O nivelamento traz choques naturais, mas tem visto que existe uma compreensão patriótica para a solução.

Disse que é natural que existam sacrifícios e o Governo Federal, em última análise, é que perde, porque deixa de receber a metade do imposto. Quando alguém investe no Nordeste, em última análise perde o Governo Federal, com a isenção do Imposto de Renda. Também disse que quando foi lançada a idéia da SUDENE, lançaram-se grandes recursos para o Nordeste, mas faltou de início o planejamento. Não havia projetos para a aplicação e a SUDENE chegou a ter depositados nos Bancos cerca de um bilhão de cruzeiros novos. A SUDESUL, acrescentou, poderá estabelecer, para esta região, projetos como agora faz a SUDENE. E os incentivos relativos à pesca, reflorestamento e turismo, representam o começo de uma distribuição equitativa. Hoje, disse, o Nordeste tem realmente um impulso no seu desenvolvimento. Esclareceu, porém, que há falhas, porquanto os recursos são jogados mais na indústria, quando se sabe que deve ser protegido o homem do campo. Agora procura-se orientar os investimentos, com projetos melhores, mais bem orientados, o que não se fazia antes. Realmente, só com o advento da administração da SUDENE é que se começou a perceber essa distorção.

Depois dessas palavras, o Presidente disse que não vinha para se defender, mesmo porque não estava sendo atacado. Mas queria situar bem a posição do Governo Federal. Disse, então, que assumira o Governo com uma nova Constituição, que estabeleceu o que se chama de Fundo de Participação dos Estados e Municípios. O *deficit* do ano passado foi da ordem de 1 bilhão e 230 milhões de cruzeiros novos e o *deficit* deste ano deverá ser da mesma ordem, isso com grandes cortes, num regime de contenção, porque estava mal feita a previsão orçamentária.

O Presidente Costa e Silva pediu que os deputados tomassem nota de que o orçamento consigna e os três Estados receberão substanciais recursos. Anunciou, assim, que do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, o Paraná receberá 80 milhões de cruzeiros novos, Santa Catarina 45 milhões e o Rio Grande do Sul 77 milhões. Esses recursos representarão um incentivo para esta região. E o Presidente disse que é um dinheiro que os Estados realmente receberão.

Quanto à diversificação dos incentivos fiscais, que os deputados pleiteiam, o Presidente, após anunciar a destinação daqueles recursos, disse que de momento já é alguma coisa o que esta área conseguiu. Disse que estava no Nordeste quando o problema foi discutido e foi muito difícil destinar alguma coisa para outras regiões, porque é difícil tirar de alguém aquilo com que ele já conta. O Deputado Otávio Germano fez uma intervenção para explicar que os deputados defendiam

a graduação. O Presidente disse que isso será estudado tecnicamente e por isso recebia com particular agrado a visita dos deputados e a forma como colocaram o problema. Disse que realmente era animadora a visita, quando ninguém vinha pedir emprego, mas vinha expor idéias, que são perfeitamente justas, dentro do ponto-de-vista de cada um, mas que o Presidente tem o dever de examinar de forma global.